

CAE ouve Everardo sobre Lei de Informática

A CAE irá ouvir hoje, a partir das 10h, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Ele falará sobre projeto que estabelece nova política de informática para o país.

PÁGINA 5

Malan apóia medidas que podem garantir aumento do salário mínimo

Ministro da Fazenda aprova permissão para que a Receita tenha acesso a contas bancárias e outras medidas, em exame no Congresso, destinadas a reduzir a sonegação fiscal

A saída para encontrar os recursos necessários ao aumento do salário mínimo está não na elevação de impostos, mas na adoção de medidas que facilitem o combate à sonegação, disse ontem o ministro da Fazenda, Pedro Malan, ao relator-geral do projeto de

Orçamento para 2001, senador Amir Lando. Malan apoiou sobretudo os projetos, em tramitação no Congresso, que possibilitam à Receita Federal acessar contas bancárias e fechar brechas legais usadas por empresas para reduzir o imposto a pagar.

PÁGINA 5

CCJ pode examinar hoje projetos da reforma política

PÁGINA 3

Comissão de Educação debate o acesso a informações da Internet

PÁGINA 7

Piazza: clubes de futebol não sofrem fiscalização

O ex-jogador da Seleção Brasileira Wilson Piazza afirmou à CPI do Futebol que clubes não vêm repassando recursos ao sistema de proteção ao atleta,

como manda a legislação. O Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto seria responsável pela situação, disse, pois não está fiscalizando.

PÁGINA 6



Senadores Geraldo Althoff e Álvaro Dias ouvem o ex-jogador da Seleção Brasileira Wilson Piazza, durante depoimento à CPI do Futebol



Antonio Carlos Magalhães: "Nenhum candidato que se preze cuida do problema do caixa"

Antonio Carlos diz que contas eleitorais de FHC não são motivo para criar CPI

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, não vê razão para se criar uma CPI com o objetivo de investigar a suposta existência de um "caixa dois" na campanha do presidente

Fernando Henrique Cardoso, nas eleições de 1998. "Não é caso para CPI um assunto que em menos de 24 horas recebeu uma explicação", afirmou o senador.

PÁGINA 2

Senadores cobram investigação de denúncias contra o presidente da República e a Abin

Vários senadores defenderam ontem em Plenário a investigação das denúncias relacionadas com as contas de campanha do presidente Fernando Henrique e com a prática de espionagem contra opositores do governo, feita por funcionários da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

PÁGINA 8

Plenário homenageia o deputado Jairo Azi

PÁGINA 7

Antonio Carlos descarta CPI sobre gastos de campanha

Presidente do Senado diz que não cabe criar comissão de inquérito para “um assunto que surgiu e em menos de 24 horas recebeu uma explicação”

O senador Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado, disse que não há qualquer intenção de formar uma CPI para investigar suposta formação de “caixa dois” na campanha da coligação que reeleger o presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo as declarações de Antonio Carlos, feitas ontem, “nenhum candidato que se preze cuida do problema do caixa”, e o comitê responsável pelas receitas e despesas da coligação partidária é que tem de tratar do assunto perante a justiça eleitoral.

Apesar de considerar o debate do tema no Congresso “inevitável”, Antonio Carlos destacou que “não é caso para CPI um assunto que surgiu e em menos de 24 horas recebeu uma explicação”. O senador disse que só será estuda-



Antonio Carlos Magalhães prevê que o Senado limpará sua pauta até o final do ano

da a possibilidade de instalação de uma CPI se surgirem fatos graves e relevantes com relação a esse assunto. E admitiu que, em tese, a questão reforça os argumentos dos defensores do financiamento público das campanhas eleitorais.

– Depois que o assunto ficar

mais calmo, aí vai se discutir mais racionalmente, assim como vai reforçar o interesse por se saber como são gastos os recursos do fundo partidário – explicou.

Com relação aos trabalhos do Legislativo neste final de ano, Antonio Carlos garantiu que o Senado vai limpar sua pauta. O problema, para o senador, está situado na Câmara dos Deputados, mas, segundo observou, o presidente Michel Temer está interessado em votar as matérias em pauta e fará todo esforço para que isso aconteça.

Para Antonio Carlos, não ficará bem para a Câmara e o Congresso se não forem votados os assuntos principais, como, por exemplo, o Orçamento da União para 2001, incluindo previsão de aumento do salário mínimo, dos atuais R\$ 151 para R\$ 180,00.

ACM homenageado pela Beneficência Portuguesa

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem, das mãos do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), medalha concedida pela Real Sociedade Beneficente Portuguesa do Amazonas, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido à frente do Legislativo brasileiro.

– Trata-se da medalha comemorativa do centenário da sociedade, concedida por unanimidade, pela firmeza com que se tem conduzido na presidência do Congresso Nacional e do Senado Federal – explicou Cabral.

O senador pelo Amazonas informou que a tarefa de realizar a entrega da comenda lhe foi confiada pelo presidente da entidade, Alfredo Vieira, que também enviou a Antonio Carlos dois livros do pesquisador Abraham Baze: *125 anos de História*, editado para comemo-



Cabral entregou a medalha comemorativa ao presidente do Senado

rar os 125 anos da sociedade, e *Escravidão – o Amazonas e a Maçonaria edificaram a História*.

TRANSPOSIÇÃO

Antonio Carlos recebeu também o secretário do Meio Ambiente de Minas Gerais, Tilden Santiago, que manifestou posição contrária ao

projeto de transposição das águas do rio São Francisco. O visitante, que é natural de Pirapora (MG), município banhado pelo rio, apresentou documentação reforçando os argumentos dos que condenam a proposta, entre os quais se inclui o presidente do Senado.



Ramez Tebet espera aprovação de projeto de desenvolvimento sustentável do Pantanal

Tebet saúda reconhecimento do Pantanal pela Unesco

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) registrou ontem no Plenário como fato “auspicioso” o reconhecimento do Pantanal como nova reserva da biosfera pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Tebet espera que, com o reconhecimento internacional, seja aprovado projeto do governo federal de desenvolvimento auto-sustentável da região, o que representará a liberação de R\$ 400 milhões para o incentivo ao desenvolvimento do Pantanal.

Tebet pediu também o andamento de proposta de emenda constitucional de sua autoria modificando a denominação da região de Pantanal para Pantanal Mato-Grossense e Pantanal Sul Mato-Grossense, uma vez que dois terços da região pertencem ao estado do sul. Ele destacou que o Pantanal tem 25 milhões de hectares, sendo um dos maiores do mundo.

O senador, que há muito tempo luta pela preservação da área, reconheceu que existem problemas de desmatamento na região, que poderiam ser evitados se fosse explorado o seu potencial para o ecoturismo e outras atividades afinadas com a preservação.

– O próximo século será permeado pelo desenvolvimento sustentável e pela preservação da natureza – afirmou.

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães
11h30 – Participa da cerimônia de entrega da Medalha da Ordem Nacional do Mérito Educativo. *Palácio do Planalto*
12h – Participa da 56ª Reunião Ordinária da Bancada do PFL. *Ala Senador Afonso Arinos – Gabinete da Liderança do PFL*
15h – Recebe comissão de funcionários do Banespa
15h30 – Preside sessão deliberativa ordinária

Brasil 500



PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PDL nº 241/99, aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural de Aratiba para serviço de radiodifusão em onda média em Aratiba (RS); PDL nº 252/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Uirapurú para serviço de radiodifusão em onda média em Birigüi (SP); PDL nº 280/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cidade Jundiá para serviço de radiodifusão em onda média em Jundiá (SP); PDL nº 75/94, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora Porto Real para serviço de radiodifusão em frequência modulada em Resende (RJ); PDL nº 229/99, renova a concessão da Rádio Difusora Taubaté para serviço de radiodifusão em onda média em Taubaté (SP); e PDL nº 63/2000, aprova o ato que renova a concessão da Fundação Educativa Nordeste para serviço de radiodifusão em onda média em Lagoa Vermelha (RS).

COMISSÕES

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: entre outros, PEC nº 57/95, altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para aposentadoria compulsória do servidor público em geral; PLC nº 54/2000, estabelece em seis meses o prazo prescricional de ação de regresso de que dispõe a companhia seguradora para reaver valor de indenização; PLC nº 56/2000, que cria cargos na carreira de policial federal; PLC nº 57/2000, que dispõe sobre a identificação criminal; PLC nº 58/2000, altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 9.034/95, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminais; PLS nº 302/99, que dispõe sobre a proibição da expressão “boa aparência” nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal; PEC nº 77/99, que imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição federal; PLC nº 32/2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação; PLS nº 27/99, altera os artigos 338, 340, 342 e 344 da Lei nº 3.071/16 – Código Civil, referentes a investigações de paternidade; PLS nº 187/99, amplia o prazo de filiação partidária; PLS nº 353/99, que dispõe o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais; PLS nº 112/2000, acrescenta artigo à Lei nº 9.504/97, que estabelece hipóteses de cassação de registro de candidatura ou de perda de mandato. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*
10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: audiência pública destinada a instruir o PLC nº 49/99, que altera a Lei nº 8.248/91, a Lei nº 8.387/91, e o Decreto-Lei nº 288/67, que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação, com a presença do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Estão hoje na pauta da CCJ projetos da reforma política

Presidente da comissão, José Agripino, considera “complementares” as propostas sobre fidelidade partidária e financiamento de campanhas

Os projetos que tratam de dois temas que compõem a agenda da reforma política – a fidelidade partidária e o financiamento público de campanhas eleitorais – devem ser apreciados em conjunto pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Esta é a posição do presidente da comissão, senador José Agripino (PFL-RN), que considera complementares as duas propostas em pauta na reunião de hoje, às 10h.

– O financiamento público de campanhas não tem sentido sem medidas correlatas destinadas a fortalecer os partidos que receberiam os recursos – afirmou ontem Agripino. Na sua opinião, seria ainda necessário apreciar propostas como a de ampliação do prazo de filiação partidária, que se encontra na CCJ, e a de criação de listas partidárias para as eleições proporcionais – esta já aprovada pelo Senado e em tramitação na Câmara.

O projeto que pretende garantir a fidelidade partidária, apresentado pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), amplia para quatro anos o prazo de filiação dos candidatos a cargos eletivos que já tenham pertencido a outros partidos. Com isso, na prática, proíbe-se nova candidatura, no pleito seguinte, de parlamentares ou titulares de cargos no Poder Executivo que tenham mudado de partido após as eleições.

“A ampliação do prazo de filiação partidária tem o objetivo de forjar quadros partidários que não sejam tão voláteis como os que integram a maioria das siglas brasileiras”, afirma Bornhausen na justificativa de sua proposta, que está sendo reexaminada pelo relator da matéria, senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

A comissão volta a examinar o projeto de Sérgio Machado que estabelece o financiamento público das campanhas eleitorais. O relator da proposta, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), deverá apresentar parecer sobre emenda do senador Edison Lobão (PFL-MA) que permite aos candidatos de pequenos partidos financiar sua própria campanha, em valores proporcionais aos demais candidatos.



Projeto de Jorge Bornhausen amplia o prazo de filiação dos candidatos a cargos eletivos



Antonio Carlos Valadares pretende limitar a publicação de pesquisas eleitorais



Sérgio Machado defende o financiamento público das campanhas eleitorais



Moreira Mendes quer punir irregularidades com recursos para campanha eleitoral

O projeto de Sérgio Machado estabelece que os recursos do fundo partidário serão distribuídos aos partidos de forma proporcional à sua representação na Câmara dos Deputados. Ou seja, os partidos maiores obterão maiores dotações. Lobão afirma que sua emenda tem por objetivo garantir condições similares aos candidatos de pequenas agremiações. “Com isso, fortalece-se o princípio da isonomia”, diz o senador.

Na mesma reunião da CCJ, será examinado projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que limita a publicação de pesquisas eleitorais. Segundo a proposta, as pesquisas só poderão ser divulgadas até oito dias antes do primeiro turno das eleições e até três dias antes do segundo turno, sob pena de detenção de seis meses a um ano e multa no valor de 50 mil a 100 mil Ufirs.

O relator da matéria, senador Carlos Wilson (PPS-PE), demonstra, em seu parecer, preocupação com a influência das pesquisas sobre a decisão dos eleitores. “O direito ao sufrágio impõe ao legislador o dever de tornar possível o exercício do voto se faça de maneira democrática e livre de quaisquer pressões que maculem o processo eleitoral”, afirma Wilson.

Estará ainda em pauta na comissão projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que estabelece punição para os responsáveis por infrações às normas que regem a arrecadação e a aplicação de recursos financeiros destinados a campanha eleitoral. O relator da matéria, senador Amir Lando (PMDB-RO), apresentou substitutivo que prevê apuração desses casos por meio de investigações do corregedor-geral e dos corregedores regionais eleitorais.



Bernardo Cabral propõe alterações em artigos do Código Civil sobre paternidade

Comissão analisa mudanças em normas sobre paternidade

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprecia, dentre os 21 projetos constantes da pauta, proposta do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que altera artigos do Código Civil sobre legitimidade da paternidade. A reunião da comissão está marcada para hoje, a partir das 10 horas.

Como a legitimidade dos filhos nascidos de uniões estáveis já foi consignada pela Constituição de 1988, o projeto de Cabral, cujo relator é o senador José Fogaça (PMDB-RS), visa estabelecer que serão legítimos os filhos nascidos 180 dias depois de estabelecida a convivência conjugal ou nascidos 300 dias após a dissolução da relação. A proposta prevê também que a mulher, e não apenas o marido, tem o direito de contestar a paternidade dos filhos nascidos, por meio de teste de DNA.

Outro projeto da pauta, de iniciativa da Presidência da República e já aprovado pela Câmara, define a identificação

criminal de um cidadão, mesmo que portador de identidade civil, caso tenha sido acusado ou indiciado por homicídio doloso, assalto, estupro e outros crimes.

Também será objeto de análise na reunião projeto do Executivo, sob a relatoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que cria dois mil novos cargos na Polícia Federal, sendo 160 na área de perícia criminal, 400 para delegado, 600 de escrivão e 840 de agentes, todos sujeitos às provas de concursos públicos.

Os senadores da CCJ devem avaliar, ainda, requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que pede um voto de louvor pela indicação da primeira mulher para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. O nome de Ellen Gracie Northfleet para a vaga também será apreciado pela CCJ, que em votação secreta marcada para o próximo dia 21, depois de realizada a sabatina, dirá se aceita ou não a indicação.

Senado vota renovação de concessões de seis emissoras

Em sessão plenária, o Senado deve votar hoje decretos legislativos renovando as concessões para o funcionamento de seis emissoras de rádio. São elas: Fundação Cultural de Aratiba

(RS); Rádio Uirapuru, de Birigüi (SP); Rádio Cidade Jundiá (SP); Rádio Difusora Porto Real, de Resende (RJ); Rádio Difusora Taubaté (SP); e Fundação Educativa Nordeste, de Lagoa Vermelha (RS).

Jader cobra retomada de projetos siderúrgicos

Segundo o senador, o Pará, maior província mineral do planeta, tem todas as condições para se transformar em pólo desse setor econômico. “Meu estado dispõe de matéria-prima e infra-estrutura de energia e transporte necessárias”

Dutra comemora decisão que anula venda da Energipe

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) manifestou sua satisfação diante da decisão do juiz Vladimir Souza Carvalho de declarar a nulidade de todo o processo de privatização da Empresa Energética de Sergipe (Energipe), por entender que a Constituição do estado não foi cumprida.

Em sua sentença, o juiz afirmou que a Constituição sergipana exige que a criação, privatização ou extinção de empresas públicas, autarquias e sociedades de economia mista sejam objeto de lei específica aprovada pela Assembléia Legislativa. “No caso da Energipe, não houve essa lei específica, apenas uma lei aprovando a reforma do estado”, segundo Dutra.

O juiz constatou ter havido “um hiato entre o legislador que autorizou a privatização e o que elaborou a Constituição estadual”. Por isso, declarou a nulidade do processo e condenou os responsáveis a pagar as custas processuais e os honorários advocatícios que ele arbitrou em 10% sobre o valor da



José Eduardo Dutra apontou “o ineditismo” da medida judicial, que poderá influenciar outros juízes

privatização, relatou o senador.

Para Dutra, essa sentença inédita nos tribunais brasileiros vem comprovar sua tese de que “a pressa com que os governos federal e estadual vêm fazendo as privatizações está resultando em procedimentos feitos ao arrepio da lei”.

Embora reconheça que haverá recurso da sentença junto a instância superior, Dutra observou que “o ineditismo da decisão poderá influenciar outros juízes a adotarem sentenças semelhantes em outros casos de privatização”.

Francelino homenageia o jornal “Estado de Minas”

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) prestou ontem homenagem aos profissionais do mais tradicional jornal da imprensa mineira, o *Estado de Minas*, que acaba de mudar suas instalações para nova sede. O senador explicou que em qualquer outra atividade econômica a mudança seria apenas funcional, mas no caso de uma empresa jornalística “ganha um significado maior, gera novas expectativas e revolve lem-

branças há muito adormecidas”.

Francelino lembrou que na antiga sede, localizada à Rua Goiás, em Belo Horizonte, onde funcionou por 42 anos, o jornal viveu seus grandes momentos, e acolheu em suas salas tanto estadistas, a exemplo de Juscelino Kubitschek, como censores “nos tempos mais duros dos regimes de exceção”. O jornal, fundado por Assis Chateaubriand no final da década de 20, logo se tornou, segundo o senador, “o grande jornal dos mineiros”, passando a ser leitura obrigatória para quem queria saber “a direção dos ventos políticos, econômicos, sociais e culturais que sopram no estado”.

O senador disse ainda que, embora a mudança do jornal seja resultado do próprio crescimento da empresa, que soube expandir suas atividades, a cidade de Belo Horizonte perde uma importante referência física do seu passado recente.



Francelino Pereira: o jornal passou a ser leitura obrigatória desde que foi fundado, na década de 20

Em carta enviada ao presidente da República, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) defendeu a inclusão do estado do Pará nos projetos siderúrgicos do governo federal, a partir da retomada dos programas estratégicos para exportação. Ele lembrou que, antes de ser privatizada, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) pretendia implantar o Projeto Salobo nas áreas de jazidas situadas no sul do Pará.

Apesar de todos os estudos e análises terem sido favoráveis à criação das siderurgias, afirmou Jader, o grupo empresarial que assumiu o controle acionário da CVRD desativou o Projeto Salobo.



Jader lembrou que a CVRD, antes da privatização, havia previsto siderurgias no Pará

Para o senador, no momento em que o Brasil enfrenta mais uma crise do petróleo, é preciso buscar um melhor desempenho nas contas externas, ampliando as

exportações.

— Uma ação que pode ser tomada pelo governo federal para evitar a sangria da balança comercial, e enfrentar a crise do petróleo, seria a imediata retomada dos estudos para implantação dos pólos siderúrgicos, estratégicos para alavancar as exportações. Nessa ação, o Pará, meu estado, maior província mineral do planeta, tem todas as condições para ser o pólo prioritário, situado na região de Marabá, dispondo de matéria-prima, empresas privadas de relevo no setor siderúrgico e infra-estrutura de energia e transportes necessárias — informou Jader Barbalho.

Loyola elogia programa para pequenas e médias empresas

O senador Henrique Loyola (PMDB-SC) elogiou ontem a iniciativa do governo federal de instituir o programa Brasil Empreendedor, mediante convênio entre o Ministério da Educação e o Sebrae. O acordo permitirá a formação e treinamento de professores de escolas técnicas na área de gestão de negócios, “fundamental para a consolidação de pequenas e médias empresas”, disse o senador.

Mais da metade das pequenas empresas, conforme Loyola, geralmente encerra as atividades após dois anos devido a problemas de capital de giro, *marketing* ou falta de conhe-

cimento por parte do proprietário a respeito da legislação trabalhista. São sempre “problemas de gestão, daí a importância do convênio”.

Loyola também registrou os oito anos da Fundação Empreender, completados no dia 11 de novembro. Constituída em 1992 pela Associação Comercial e Industrial de Joinville, a fundação abriu posteriormente outros dois núcleos, em Blumenau e em Brusque.

Na direção das atividades da Fundação Empreender, o senador destacou a figura do alemão Rudolf Herwig, diretor da Erschborn, empresa de Frankfurt. No Brasil, ele “lu-



Loyola: metade das pequenas empresas encerra as atividades após dois anos de existência

tou arduamente para conseguir realizar o objetivo de treinar pequenos e médios empresários e desenvolver o associativismo”.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), em aparte, ressaltou a relevância da dedicação de Loyola aos problemas das pequenas e médias empresas, responsáveis pela maior parte dos empregos disponíveis no país.

Ademir defende extinção do Fundo de Amortização da Dívida Pública

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu a revogação da lei que criou, em 1997, durante a crise da Rússia, o Fundo de Amortização da Dívida Pública. Conforme a lei, as autarquias, fundações e fundos públicos federais estão obrigados a repassar para o fundo qualquer sobra de caixa ao final de cada ano. Para o senador, a medida já perdeu sua função e está direcionando para o pagamento da dívida pública recursos que poderiam ser usados na área social. De acordo com o Sistema Integrado de Fiscalização Financeira (Siafi), só em 1998 foram repassados R\$ 1,24 bilhão.

Ademir citou como exemplo o Incra, que de 1998 até agosto último havia transferido um total de



Segundo Ademir, recursos que deveriam ser aplicados na área social estão indo para o fundo

R\$ 208 milhões.

— São recursos que deveriam ser aplicados na finalidade para a qual foram instituídos, ou seja, na reforma agrária. Mas estão saindo do campo e rumando para a ciranda de papéis financeiros.

O senador disse ainda que recursos das agências de telecomunicações e energia elétrica, universidades públicas, escolas técnicas e outros destinados à educação e saúde estão sendo usados no Fundo de Amortização da Dívida Pública.

Na avaliação de Ademir Andrade, o governo federal “abandona cada vez mais a sua função primordial” de agente de distribuição de renda e do desenvolvimento econômico “para atuar como crupiê do capital financeiro, recolhendo dinheiro do povo brasileiro em forma de impostos e organizando a jogatina nos mercados financeiros”. Ademir entende que os recursos deveriam ser usados para garantir melhorias na vida dos cidadãos.

Malan: menor sonegação pode ser solução para mínimo

Em reunião com o relator do Orçamento 2001, Amir Lando, ministro da Fazenda descarta aumento de impostos e aponta projetos de combate à sonegação fiscal, em tramitação no Congresso, como alternativa para elevar piso salarial a R\$ 180

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, apóia dois projetos em tramitação no Congresso que podem gerar os recursos necessários ao aumento do salário mínimo para até R\$ 180. Um deles permite à Receita Federal o acesso à movimentação financeira que recolhe valores elevados



Amir Lando: "O aumento do salário mínimo nunca esteve tão perto"

de CPMF sem possuir patrimônio compatível para tal; o outro elimina várias brechas legais utilizadas para reduzir o imposto a pagar. A manifestação do ministro foi feita ao relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), e ao líder do governo no Senado, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), durante reunião no gabinete do ministro, com a presença do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel.

O ministro descartou no encontro qualquer aumento de impostos, para pessoas ou empresas, com a finalidade de bancar o aumento do salário mínimo. O projeto que recebeu o maior apoio de Malan foi o que dá à Receita acesso às contas bancárias. O projeto, conforme estudos dos economistas do Congresso, pode render aos cofres públicos pelo menos R\$ 9 bilhões

Líderes no Senado e na Câmara devem discutir hoje o assunto

Os líderes dos partidos políticos com representação no Congresso devem se reunir hoje com o relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), para discutir formas de viabilizar o aumento do salário mínimo para R\$ 180, no próximo ano. Lando vai pedir apoio para a votação, ainda neste ano, de dois projetos destinados a reduzir a sonegação fiscal: a permissão para acesso da Receita Federal a movimentações bancárias de contribuintes suspeitos e a proibição do uso de elisão fiscal (redução de imposto a pagar pelo uso abusivo de brechas legais) pelas empresas.

Até a noite de ontem, ainda não havia definição de horário para a reunião, à qual devem comparecer líderes da Câmara e do Senado. Amir Lando informará no encontro que os gastos do governo com o novo mínimo poderão vir

ao ano. O aumento do mínimo para R\$ 180 exigirá por ano R\$ 3,8 bilhões.

"O aumento do salário mínimo nunca esteve tão perto de se concretizar", afirmou Amir Lando ao deixar o Ministério da Fazenda. Ele acrescentou que o outro projeto apoiado por Malan

possibilita à Receita cobrar o imposto das empresas quando constatar que elas fazem o chamado "planejamento fiscal", que inclui a compra ou criação de empresas só para reduzir o imposto a pagar.

Arruda informou que o governo conta também com o uso de uma terceira fonte para bancar a Previdência Social, que paga o salário mínimo a 12,3 milhões de aposentados pelo INSS – a cobrança de Imposto de Renda das aplicações financeiras dos fundos de pensão. Há mais de dez anos, os fundos lutam na Justiça contra essa cobrança, sob o argumento de que são empresas de caráter social e, assim, não são obrigadas a pagar qualquer imposto, nem mesmo IPTU. Os fundos estão negociando o pagamento com a Receita Federal, ao mesmo tempo em que o STF se prepara para julgar a matéria.

de pelo menos três fontes, todas elas com apoio da equipe econômica do governo. Além da permissão para que a Receita possa ver as movimentações bancárias de suspeitos e do combate à elisão fiscal, o relator-geral apontará ainda a cobrança de Imposto de Renda das aplicações financeiras dos fundos de pensão como outra fonte de recursos importante para pagar o novo salário mínimo.

O projeto que possibilita o acesso da Receita às contas bancárias é o mais polêmico, e Lando sustenta que o objetivo maior não é quebrar o sigilo "de todo o mundo". Segundo ele, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, "disse que não está interessado na quebra de sigilo, mas sim de ver as movimentações bancárias de pagadores de CPMF que nem declararam renda", informou à imprensa o relator-geral do Orçamento.

CAE ouve Everardo sobre incentivos à informática

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, fala a partir das 10h de hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na pauta, o projeto de lei do governo que estabelece a nova política de informática do país. O projeto, já aprovado pela Câmara, define os incentivos a empresas de informática para os próximos nove anos.

O relator da matéria é o presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele incluiu, entre os produtos beneficiados pela nova lei, os aparelhos de telefone celular e os tubos digitais de TV. Essas mercadorias haviam sido excluídas no parecer aprovado pela Comissão de Educação (CE) do Senado.

Suassuna diz que procurou manter os benefícios garantidos à Zona Franca de Manaus (ZFM), mas atendendo também, embora em menor escala, ao restante da região Norte e às regiões Nordeste e Centro-Oeste e sem inviabilizar a capacidade produtiva já instalada no Sul e no Sudeste do país.

Para a bancada do Amazonas, no entanto, a nova lei, nos termos do substitutivo apresentado por Suas-



Os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos retomam hoje o debate sobre a lei que define a política de informática para os próximos nove anos

suna, prejudica a Zona Franca. Os senadores Bernardo Cabral (PFL), Gilberto Mestrinho (PMDB) e Jefferson Péres (PDT) dizem que o estado poderá até mesmo recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para manter os benefícios assegurados à ZFM. Segundo Cabral, o artigo do Ato das Disposições Transitorias da Constituição que mantém a ZFM como área de livre comércio até 2013 não pode ser alterado por nenhuma lei. Foram os três senadores do Amazonas os autores do requerimento para a vinda de Everardo Maciel à CAE.

O assunto foi debatido na comis-

são, no último dia 31, pelo vice-governador do Amazonas, Samuel Assyag Hanan; o secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo, José Aníbal; o secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Carlos Pacheco; e o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Benjamin Sicsú. Na ocasião, o vice-governador criticou o relatório do presidente da CAE e afirmou que a Constituição prevê a correção de desigualdades regionais e a manutenção, por 25 anos, dos benefícios fiscais concedidos às empresas instaladas na ZFM.

No centro da polêmica, celulares e monitores de vídeo

A inclusão dos monitores de vídeo e aparelhos de telefonia celular entre os produtos que podem receber isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) está no centro da polêmica sobre o substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Caso a proposta seja



Segundo Suassuna, o substitutivo é fruto de "um amplo acordo"

aprovada, monitores e celulares poderão ser fabricados em todo o país, com isenção de IPI.

Em audiência pública no último dia 31, a bancada amazonense criticou a medida, por acreditar que ela esvaziaria a Zona Franca de Manaus, que ficaria limitada a produzir equipamentos de áudio e vídeo. Para Suassuna, o substitutivo permite a descentralização de investimentos de pesquisa e desenvolvimento. As empresas localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que investirem na pesquisa e no desenvolvimento da informática no país terão

direito a percentuais diferenciados de dedução de IPI. Nessas regiões, as empresas ficam isentas do tributo federal até o final de 2001, chegando a 2009 com uma redução de 77% do IPI. Já empresas do Sul e do Sudeste começarão a pagar 5% do IPI em 2001 e, em 2009, terão que arcar com 30% do valor total do imposto (veja quadro).

O texto determina que, enquanto durar a isenção, as indústrias

de informática serão obrigadas a investir 5% do faturamento em atividades de pesquisa e desenvolvimento. Pelo projeto, esse percentual será reduzido ano a ano, de acordo com a progressividade do pagamento do IPI.

– O projeto é bastante oportuno ao prorrogar a isenção do IPI, com a retirada gradual dos incentivos fiscais, de forma a proporcionar às empresas brasileiras condições de se adaptar à concorrência estrangeira – afirma Suassuna em seu parecer, observando que o substitutivo é fruto de "um amplo acordo".

PROPOSTA DE SUASSUNA SOBRE ISENÇÃO DE IPI PARA INDÚSTRIAS DE INFORMÁTICA		
Ano	Sul e Sudeste	Norte, Nordeste e Centro-Oeste
Até 31/12/2000	Isenção de IPI	Isenção de IPI
2001	Redução de 95% do IPI	Isenção de IPI
2002	Redução de 90% do IPI	Redução de 97% do IPI
2003	Redução de 85% do IPI	Redução de 92% do IPI
2004	Redução de 80% do IPI	Redução de 87% do IPI
2005	Redução de 75% do IPI	Redução de 82% do IPI
2006	Redução de 70% do IPI	Redução de 77% do IPI

Piazza critica sistema de proteção ao atleta

Ex-jogador da Seleção Brasileira e presidente da Federação das Associações dos Atletas Profissionais sugere mudança na legislação esportiva e manifesta preocupação com a saúde financeira dos clubes

Em depoimento à comissão parlamentar de inquérito do Senado que está investigando o futebol brasileiro, o presidente da Federação das Associações dos Atletas Profissionais (Faap), ex-jogador da Seleção Brasileira Wilson Piazza, criticou o atual sistema de proteção ao atleta. Ele reclamou que os órgãos do governo responsáveis pela cobrança dos percentuais destinados ao sistema não exercem uma fiscalização adequada junto aos clubes e entidades ligadas ao futebol.

A legislação determina que seja destinado ao sistema de proteção ao atleta profissional 1% sobre o valor de contratos e transferências de jogadores e sobre multas aplicadas por clubes ou tribunais de Justiça Desportiva. O Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp), que era o órgão responsável por fiscalizar o repasse desses recursos, segundo Piazza, não estava cumprindo sua função.

O ex-zagueiro da Seleção na Copa de 1970 disse que vários clubes considerados profissionais funcionam como amadores. Ele responsabilizou não só os dirigentes pelas distorções, como também a legislação. "Através desta CPI, poderemos dar um novo rumo ao futebol brasileiro", opinou.

Outra preocupação manifestada por Piazza foi quanto à saúde financeira dos clubes. Ele observou que os salários pagos a alguns jogadores são superiores aos registrados em países do Primeiro Mundo. Enquanto isso, completou, os clubes vão se endividando cada vez mais e não conseguem honrar seus compromissos com a Previdência, com os atletas e com a Faap.

Piazza lembrou que o sistema de proteção ao atleta profissional brasileiro foi criado em 1975, para proporcionar aos jogadores e ex-jogadores uma oportunidade de qualificação alternativa ao esporte.



Senadores Geraldo Althoff e Álvaro Dias com Wilson Piazza, durante a reunião da CPI do Futebol

Clubes informam salários com valores abaixo da realidade

Wilson Piazza revelou ontem à CPI do Futebol, em resposta ao senador Geraldo Althoff (PFL-SC), que os clubes não têm recolhido a contribuição de 1% prevista em lei, dirigida à Federação das Associações de Atletas Profissionais (Faap). Segundo o ex-jogador, ainda que alguns contribuam, o fazem com valores muito inferiores aos que deveriam.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) classificou de "apropriação indébita" a atitude dos dirigentes de clubes de reter esses recursos.

O presidente da CPI, Álvaro Dias (PSDB-PR), para analisar os documentos entregues por Piazza — contas da Faap e informações referentes aos clubes —, apontou para a subavaliação dos salários de vários jogadores, em seus contratos de trabalho. Ele citou os exemplos do Flamengo e do Vasco, que apresentaram contratos irreais com atletas como Romário, Petkovic, Edmundo e Edilson. Para Álvaro Dias, a

explicação para os valores baixos seria a elisão fiscal. Maguito Vilela (PMDB-GO) lembrou que nos contratos entre clubes e jogadores constam "somente 20% ou 30% dos seus verdadeiros salários". Quanto aos treinadores, eles montariam firmas de assessoria esportiva com o objetivo de diminuir o valor dos impostos.

Maguito pediu que Piazza encaminhe à CPI sugestões de mudanças na legislação. Álvaro Dias afirmou que, ao contrário do que muitos esperavam, a CPI vai cumprir seus objetivos, entre eles, propor modificações na legislação.

Conforme Piazza, até crianças são prejudicadas por contratos absurdos. Ele criticou também as arbitragens das partidas e lamentou que os clubes estejam deixando de cumprir obrigações trabalhistas básicas.

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) disse que estão sendo revelados os motivos da decadência do futebol brasileiro, e elogiou o depoimento de Piazza.

CPI e Polícia Federal investigarão "embaixada"

A CPI do Futebol aprovou requerimento solicitando a realização de diligência por assessores da comissão e agentes da Polícia Federal junto à prefeitura do Rio de Janeiro, para que sejam obtidos dados, inclusive os de natureza sigilosa, sobre a casa na Barra da Tijuca denominada pela estudante de Direito Renata Alves como "embaixada".

Em depoimento à CPI do Futebol, na semana passada, Renata Alves afirmou que o ex-treinador da Seleção Brasileira Wanderley Luxemburgo reunia-se nessa mansão com empresários, dirigentes de clubes, doleiros e integrantes da Confederação Brasileira de Futebol. Nesses encontros, os participantes, segundo a depoente, tratavam da negociação de jogadores.

Também foi aprovado pela CPI requerimento solicitando aos presidentes dos tribunais de Justiça do Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo que cobrem dos cartórios de notas levantamento sobre procurações em que Wanderley Luxemburgo ou Renata Alves figurem como outorgantes ou outorgados. Ao Departamento Nacional de Trânsito será pedida a relação de veículos que foram ou estão registrados em nome de Renata.

A convocação do presidente do Clube dos Treze, Fábio Koff, também foi aprovada pela CPI. Ele deverá falar sobre as atividades dos clubes de futebol. O jornalista esportivo Juca Kfourri será convidado a depor sobre negócios envolvendo a transferência de jogadores.

A pedido da CPI, serão convocados a prestar depoimento à Polícia Federal, com a participação de assessores da comissão, Manoel Domingos e Jorge Rodrigues (supostos proprietários da "embaixada") e os empresários que teriam sido vistos por Renata Alves na casa da Barra da Tijuca: Giuliano Bertolucci, Wadhi Coury, Juan Figer, Marcel Figer, Joseph Hung, Léo Rabello, Gilmar Rinaldi, Pedro Luiz Vicençote, Luís Vianna, Eduardo Sakamoto, José Carlos Santiago de Andrade e Sérgio Malucelly.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Entrevista Especial* — Embaixador Alberto Correa Neto fala dos 25 anos de independência de Angola
7h30 — *Entrevista* — Sen. Henrique Loyola fala sobre o Projeto Empreender
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Educação Especial — A conquista da terra e da gente
9h — *Cores do Brasil* — Cerrado
9h30 — *Entrevista* — Sen. Nabor Júnior fala sobre a reforma política
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
Logo após — CPI do Roubo de Cargas (gravado)
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

6h30 — *Debate* — Hernani Maia Costa e Sinval Ramires Fernandes, professores de História, falam sobre o fato e o processo republicano
7h30 — *Entrevista* — Sen. Osmar Dias fala sobre os crimes contra a administração pública
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — 500 anos: O Brasil Colônia na TV — Entre a fé e a espada
9h — *Redescobrimdo o Brasil* — A Proclamação da República
9h30 — *Entrevista* — Sen. Henrique Loyola fala sobre o Projeto Empreender
10h — *Quem tem medo da música clássica?* — Orquestra Sinfônica Juvenil da Venezuela
11h — *Entrevista* — Antônio Ricardo Teixeira, psicólogo, fala sobre os traumas psicológicos
12h — *Especial* — A Proclamação da República
12h30 — *Entrevista* — Sen. Osmar Dias fala sobre os crimes contra a administração pública
13h — *Especial* — A Carta
13h30 — *Debate* — Hernani Maia Costa e Sinval Ramires Fernandes, professores de História, fa-

lam sobre o fato e o processo republicano
14h30 — *Espaço Cultural* — Breve História da Música Caipira, com Passoca
16h — *Redescobrimdo o Brasil* — A Proclamação da República
16h30 — *Especial* — A Carta
17h — *Revista Brasília* — n.º 15
18h — *Quem tem medo da música clássica?* — Orquestra Sinfônica Juvenil da Venezuela
19h — *Cores do Brasil* — Paraíba
19h30 — *Debate* — Hernani Maia Costa e Sinval Ramires Fernandes, professores de História, falam sobre o fato e o processo republicano
20h30 — *Entrevista* — Sen. Osmar Dias fala sobre os crimes contra a administração pública
21h — *Redescobrimdo o Brasil* — A Proclamação da República
21h30 — *Espaço Cultural* — Breve História da Música Caipira, com Passoca
23h — *Entrevista* — Antônio Ricardo Teixeira, psicólogo, fala sobre os traumas psicológicos
0h — *Revista Brasília* — n.º 15

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

"Redescobrimdo o Brasil" é uma das atrações do feriado na TV

Neste feriado de 15 de novembro a TV Senado exibe o programa *Redescobrimdo o Brasil* sobre a Proclamação da República. O programa, que vai ao ar às 9h, 12h, 16h e 21h, mostra os acontecimentos que precederam a Proclamação.

O assunto também será analisado no programa *Debate* — a 1h, 6h30, 13h30 e 19h30 —, com os historiadores Hernani Costa e Sinval Fernandes.

Em *Quem tem medo da música clássica?*, que vai ao ar às 10h e 18h, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) comenta a apresentação da Orquestra Nacional Infantil da Venezuela, em Brasília.

Às 11h e 23h, será reapresentada também a entrevista concedida a Fernando Cesar Mesquita pelo psicólogo Antônio



Artur da Távola

Ricardo Teixeira sobre novos métodos para superar traumas psicológicos.

No *Espaço Cultural*, às 9h, 12h, 16h e 21h, a TV mostra o show *Breve história da música caipira*, em que o violeiro Passoca apresenta músicas tradicionais.

O *Revista Brasília*, que vai ao ar às 17h e 0h, visita a embaixada da Grécia. A última da série de reportagens sobre a Praça dos Três Poderes apresenta o Supremo Tribunal Federal. Convidada especial, a tetracampeã mundial de karatê Carla Ribeiro mostra trabalho pioneiro no tratamento de crianças deficientes: a equoterapia. O programa traz também um dos mais queridos cartões postais da cidade, a Igreja Nossa Senhora de Fátima.

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



Romero Jucá apóia "lei verde" proposta por universidades

Jucá elogia encontro de universidades

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) aplaudiu a realização do 1º Encontro de Gestão Estratégica das Universidades Federais da Amazônia Legal, realizado em Boa Vista (RR), que resultou na elaboração da Carta de Boa Vista, documento que os reitores tomaram a iniciativa de enviar ao governo federal e ao Ministério da Educação, pedindo providências.

Segundo Jucá, a carta propõe uma lei verde, de preservação dos recursos naturais da Amazônia Legal. "Além de apoiar a implantação da lei verde, quero reforçar, ainda mais, o papel das universidades da região na defesa da natureza e dos direitos das populações locais", disse.

Moreira Mendes quer examinar faturas da BBTur

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) disse ontem que apresentará, pela terceira vez, requerimento ao Ministro da Fazenda, Pedro Malan, solicitando todas as faturas emitidas pela BBTur desde 1º de janeiro de 1988. O senador quer provar que a empresa de turismo ligada ao Banco do Brasil faz concorrência desleal ao prestar serviços para órgãos públicos sem licitação. Moreira Mendes afirmou que o Ministro da Fazenda já emitiu ofício ordenando o envio das informações pela BBTur; no entanto, até agora não houve resposta.

A Comissão de Fiscalização e Controle do Senado (CFC) aprovou na última semana, a requerimento de Moreira Mendes, o envio de denúncia ao Tribunal de Contas da União (TCU) contra a BBTur. De acordo com o senador, a agência de turismo praticou irregularidades na contratação de um navio para um cruzeiro pelo Brasil. Moreira Mendes acredita que a BBTur usou a viagem para promover o Banco do Brasil e agiu de forma desleal na concorrência com outras agências.

Senado presta homenagem ao deputado Jairo Azi

Antonio Carlos Magalhães destaca "credibilidade extrema" conquistada pelo deputado federal baiano, falecido domingo

A requerimento do presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, o Senado suspendeu a sessão plenária de ontem em homenagem ao deputado Jairo Azi (PFL-BA), falecido domingo. Cinco senadores prestaram homenagem ao deputado, inclusive o autor do requerimento, que a ele se referiu como companheiro fiel de muitos anos, que exerceu vários mandatos estaduais e federais e prestou relevantes serviços à Bahia.

Conforme Antonio Carlos Magalhães, as votações recebidas por Jairo Azi cresceram a cada pleito e, na última eleição, ultrapassaram 100 mil votos. Ele se referiu à dedicação com que o deputado atendia seus companheiros de partido, sobretudo os do interior. O senador lembrou que, pela maneira afável de conviver com seus colegas, Jairo Azi era o coordenador da bancada baiana, "merecendo a confiança de todos e, por isso mesmo, tendo uma credibilidade extrema no estado, sobretudo na área política".

Na opinião de Antonio Carlos, a morte de Jairo Azi abre uma lacuna



Antonio Carlos recordou a dedicação com que Azi atendia seus companheiros

na classe política baiana, principalmente em razão da maneira como ele sabia atender aos reclamos do interior. O presidente do Senado lembrou que, como governador da Bahia, testemunhou "invasões" de Jairo Azi a seu gabinete, com seus companheiros do interior, fazendo-o ficar até altas horas tratando dos seus pleitos.

— Ainda ontem, no seu velório, e hoje (segunda-feira) pela manhã, vi a dor, o sentimento, as lágrimas de homens humildes do interior da Bahia pelo passamento do seu deputado — disse o senador.

Antonio Carlos afirmou que sua moção significará um testemunho do amor que o Parlamento tem pelos que se devotam à causa dos mais humildes, e também um consolo para a família do deputado.

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) lembrou que Jairo Azi começou sua vida como médico no interior, de onde partiu para a carreira política.

— Sua política era realmente intensa e de grande aproximação com o eleitorado. Conquistou tantas eleições graças à vinculação e identi-

cação com o eleitor, pois era homem do povo, simples, modesto, capaz de um contato mais afetivo que político — disse Djalma Bessa.

Ressaltando que falava também em nome do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), Djalma Bessa disse que não só os 100 mil eleitores de Jairo Azi, mas seus amigos sabem perfeitamente que "a Bahia perdeu um grande representante, que soube dignificar e honrar o mandato".

Incumbido pelo líder Hugo Napoleão de homenagear o deputado, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) também ofereceu um depoimento de admiração, lembrando que, quando líder da bancada do Partido Democrata Cristão, teve Jairo Azi como um de seus vice-líderes. Ressaltou que a principal característica do homenageado era saber lidar com o homem do interior.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) também elogiou o deputado, referindo-se a ele como figura tradicional do estado, de inestimável capacidade de atender os municípios e de defender os interesses da Bahia.

— Trata-se de uma perda não apenas para os seus correligionários, mas para todo o estado, sobretudo para os municípios do interior, que ele defendia com tanto ardor — disse Paulo Souto.



Wilson Gonçalves foi senador pelo Ceará entre 1963 e 1978

Aprovado voto de pesar por Wilson Gonçalves

Atendendo requerimento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o Senado decidiu inserir em ata voto de profundo pesar pela morte do ex-senador Wilson Gonçalves. Decidiu também enviar manifestação de condolências à família do ex-parlamentar e ao estado do Ceará.

Wilson Gonçalves iniciou a vida pública como prefeito do Crato (CE), em 1946. Foi deputado estadual por duas vezes e vice-governador. Entre 1963 e 1978 foi senador, primeiro pelo antigo PSD, e em seguida, com a instituição do bipartidarismo, pela Arena. Ocupou cargos importantes no Senado — vice-presidente da Casa e da Comissão de Relações Exteriores. Também foi ministro do Tribunal Federal de Recursos e presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano.

Lamentada morte de David Capistrano

O Senado aprovou requerimento para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-prefeito de Santos (SP), David Capistrano da Costa Filho. Serão enviados votos de condolências à família e à Prefeitura de Santos.

Ao encaminhar o requerimento em nome do PT e do Bloco Oposição, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a grande contribuição de Capistrano à causa da saúde pública no Brasil. Também no mundo da ciência o ex-prefeito deixa publicadas suas idéias em obras como *Saúde dos trabalhadores*, *Saúde para todos* e *Há o que fazer*.

Capistrano faleceu na sexta-feira, aos 52 anos. Ao enterro compareceram o presidente do PT, José Dirceu, o presidente de honra do partido, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro da Saúde, José Serra, que reconheceu a extraordinária contribuição do ex-prefeito à saúde pública e à luta por um Brasil melhor e mais justo, relatou Suplicy.

Comissão de Educação vai debater acesso a informações da Internet

Projeto de lei que disciplina o acesso a informações da Internet deve ser debatido em audiência pública pela Comissão de Educação (CE). Foi aprovado ontem requerimento do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) para que sejam convidados o presidente da Associação dos Provedores de Internet (Abranet), Roque Abdo, os diretores do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), Francisco José Fiuza Lima e João Holanda, e o professor da USP João Antônio Zuffo. A audiência ainda não tem data marcada.

Na reunião de ontem, a comissão aprovou também a outorga de uma emissora de televisão e qua-



Comissão aprovou também diversas propostas de outorga e renovação de concessões para funcionamento de emissoras de rádio e TV

tro de rádio em frequência modulada; a renovação da concessão de uma emissora, também em FM, e três para operação em ondas médias. Além disso, autorizou

o funcionamento de seis rádios comunitárias. Todas as matérias referentes ao funcionamento de emissoras de rádio e TV ainda serão submetidas ao Plenário.

Denúncias concentram atenções do Plenário

As denúncias de possíveis irregularidades nas contas da campanha eleitoral do presidente Fernando Henrique Cardoso em 1998 e de prática de espionagem por parte de funcionários da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) provocaram debate na sessão de ontem do Senado.

Enquanto alguns senadores defenderam que o Congresso

deve se empenhar para esclarecer as acusações, Sérgio Machado e Hugo Napoleão contestaram as afirmações. Também houve espaço para uma denúncia de caráter regional: o governador do Acre, Jorge Viana, correria risco de vida por causa da luta contra o crime organizado em seu estado.

Requião: Andrade Vieira pode falar de sobras de campanha

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) estuda a possibilidade de trazer ao Senado o ex-ministro e ex-senador José Eduardo Andrade Vieira para falar sobre as sobras da campanha do presidente Fernando Henrique Cardoso. O anúncio deve-se à denúncia, divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, de que R\$ 10,1 milhões não teriam sido incluídos na prestação de contas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) da campanha de FHC à reeleição.

Vieira já denunciou a existência de sobras de recursos, de cerca de US\$ 100 milhões, da primeira campanha à Presidência de Fernando Henrique, em 94. Requião disse que o ex-ministro pretendia falar sobre o tema à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), durante as investigações das atividades do ex-secretário-geral da Presidência Eduardo Jorge Caldas Pereira, mas foi impedido pela base governista.

Nos próximos dias, Requião pretende voltar ao assunto em Plenário. Além disso, ele deverá abordar as denúncias de espionagem da



Vieira, diz Requião, foi impedido de depor à CCJ pela base governista

Agência Brasileira de Informação (Abin) sobre a vida de opositores do governo, como o ex-presidente Itamar Franco e o procurador da República Luiz Francisco de Souza. Requião pediu que os senadores reflitam sobre o processo de aprovação da lei que criou a Abin.

— Pensem agora no que fizemos quando legalizamos, sem nenhuma medida restritiva, a tal da Abin. Estão espetando a democracia, a privacidade e utilizando partidariamente um instrumento que devia servir para informar o Executivo sobre assuntos maiores, nunca a perseguição a líderes da oposição — disse.

Outro assunto que preocupa Requião é a portaria — segundo ele, instruída por Eduardo Jorge — que transformou em sigilosas as tabelas de preços dos carros importados pelas montadoras, para efeito de tributação. Assim, sustenta, passaram a existir duas tabelas: uma, sigilosa, oferecida ao governo; e outra, real, com as quais as empresas operam na Europa e nos EUA. A medida pode ter acarretado a sonegação de bilhões de reais, segundo Requião.

Antero de Barros cobra posição do Congresso em relação à Abin

O senador Antero de Barros (PSDB-MT) pediu que o Congresso tome uma posição em relação às denúncias, publicadas pela revista *Veja* desta semana, de que agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) estariam agindo de forma irregular, seguindo jornalistas, procuradores e um governador.

Antero lembrou que, de acordo



Antero de Barros teme a volta aos tempos da "espionagem estatal"

com a lei que criou a agência, o controle externo do órgão deve ser feito pelo Poder Legislativo. Na sua avaliação, o Brasil vive um retrocesso com a "espionagem estatal".

— Não podemos voltar a esse tempo — afirmou Antero.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que a Casa tomará as providências necessárias.



Jefferson Péres: revelações indicam "desvirtuamento das finalidades para as quais foi criada a Abin"

Jefferson Péres quer explicações do general Alberto Cardoso

As denúncias de que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) tem investigado clandestinamente opositores do governo poderão ser esclarecidas pelo ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso.

Requerimento nesse sentido foi apresentado ontem pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). Ele quer que o general explique ao Plenário do Senado se têm fundamento as denúncias, publicadas na edição desta semana da revista *Veja*.

Para o senador Jefferson Péres, as revelações indicam "um desvirtuamento das finalidades para as quais foi criada a Abin" e põem a nu investigações "só admissíveis em regimes de exceção".

— Se a maioria não quiser, que justifique por que rejeita a presença do ministro nesta Casa — disse.

Suplicy: lei responsabiliza FHC por contas eleitorais

As denúncias de espionagens feitas pela Abin levou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) a pedir que o general Alberto Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, compareça ao Senado para esclarecer o assunto. Suplicy quer conhecer as



Suplicy quer que general Alberto Cardoso esclareça denúncias contra a Abin

providências tomadas para elucidar as denúncias e os motivos que fundamentam a espionagem sofrida pelo governador Itamar Franco e pelo procurador da República Luiz Francisco de Souza.

Ao comentar a matéria da revista *Veja* sobre o tema, Suplicy disse que a Abin tem obrigações estabelecidas na Constituição, como fornecer subsídios ao presidente da República em assuntos de interesse nacional, defender o estado democrático de direito, bem como cumprir e preservar os direitos e garantias individuais, "e não criar dossiê sobre a vida de pessoas libadas".

— Parece que a Abin vem sendo usada como reencarnação do SNI, um monstro da espionagem, totalmente incompatível com o estado democrático, do qual somos ardorosos defensores — completou.

Suplicy também elogiou a *Folha de S. Paulo* pela reportagem que revela a existência de sobra de recursos da campanha de FHC. Ele reba-

teu o argumento de que o presidente não é responsável pelos recursos de campanha. "Perante a lei, ele é o único responsável", ressaltou.

Roberto Requião (PMDB-PR) disse que a reportagem de *Veja* revela cisão do grupo que se encontra no

poder. "Não estamos diante de uma denúncia feita para melhorar a democracia. Estamos diante de uma denúncia orquestrada", afirmou.

Roberto Saturnino (PSB-RJ) admitiu que FHC não conheça as manobras e procedimentos dos "arapongas" da Abin, mas considera inaceitável que ele ignore a movimentação financeira de sua campanha à Presidência. "Isso é vergonhoso e exige uma apuração que só pode ser feita por uma CPI", ressaltou.

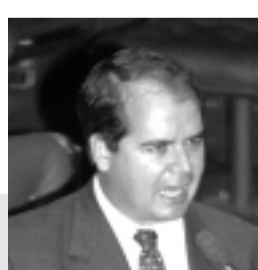
Sérgio Machado (PSDB-CE) disse que FHC sabia de tudo o que o comitê financeiro da campanha lhe apresentou e que foi aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Hugo Napoleão (PFL-PI) comunicou haver recebido telefonema em que o líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), nega a veracidade de todas as denúncias.

José Eduardo Dutra (PT-SE) defendeu a participação ativa do Congresso Nacional no controle das atividades da Abin.

Viana: governador do Acre corre risco de vida

O senador Tião Viana (PT-AC) vê um clima de ameaça à integridade física do governador do Acre, Jorge Viana (PT), que ele atribui à determinação do governo do estado de combater o crime organizado.

O senador citou o deputado federal José Aleksandro (PSL-AC) e



Tião Viana: luta contra o crime pode custar caro ao governador

o ex-deputado federal Narciso Mendes como responsáveis por esse clima. Ele pediu que o Congresso solicite ao Supremo Tribunal Federal autorização para quebrar o sigilo bancário de Aleksandro, que, informou, deve ter sua cassação pe-

dida pela CPI do Narcotráfico da Câmara. A quebra de sigilo foi solicitada pela CPI e, por recurso do deputado, está em exame no STF.

Segundo Viana, Aleksandro está "no epicentro de um clima político que caminha para a eliminação do governador do Acre". Quanto a Narciso, Viana diz que ele acobertou a fuga da principal testemunha dos crimes praticados por um ex-membro do esquadrão da morte.